



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

Lei Nº 9926/2009

EDIÇÃO Nº 1.422 / ANO VI / 08 PÁGINAS

PONTA GROSSA, SÁBADO, DOMINGO E SEGUNDA-FEIRA, 13, 14 E 15 DE DEZEMBRO DE 2014

Jornalista responsável: ANA CLÁUDIA GAMBASSI

Identificação profissional: MTB/PR 2530

SUMÁRIO

ATOS DO PODER EXECUTIVO ADMINISTRAÇÃO DIRETA

- LEIS	1
- DECRETOS	2
- PORTARIAS	5
- LICITAÇÕES	6
- RECURSOS HUMANOS	6
- DIVERSOS	6

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

- FMC	7
- ARAS	7
- PROLAR	7
- AMTT	7

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

- CÂMARA MUNICIPAL	7
--------------------------	---

PUBLICIDADE DE CARÁTER INFORMATIVO/EDUCATIVO

- DIVERSOS	8
------------------	---

LEIS

L E I Nº 12.023, de 11/12/2014

Cria o Conselho Municipal de Combate à Pedofilia.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, Estado do Paraná, decretou, na Sessão Ordinária realizada no dia 26 de novembro de 2014, a partir do Projeto de Lei nº 430/2013, de autoria do Vereador José Nilson Ribeiro - Nilsão, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

- Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Combate à Pedofilia, órgão colegiado permanente e de caráter consultivo.
- Art. 2º - O Conselho Municipal de Combate à Pedofilia terá as seguintes competências e atribuições:
- I - assessorar e criação de estratégias de combate à pedofilia;
 - II - encaminhar as autoridades competentes sugestões de aumento da pena para crimes de pedofilia, para quem produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar cenas de sexo explícito ou pornografia envolvendo crianças ou adolescentes;
 - III - realização de audiências públicas, assegurando a participação da população na criação de políticas públicas de combate à pedofilia;
 - IV - apreciar propostas de políticas públicas de combate à pedofilia;
 - V - planejar, coordenar, dirigir, acompanhar e avaliar a execução das atividades que integram suas respectivas áreas e exercer outras atribuições que lhe forem conferidas;
 - VI - assessorar o Prefeito Municipal na formulação de políticas e diretrizes específicas voltadas ao combate da pedofilia, com vistas à articulação das relações entre o Poder Executivo, Legislativo e instituições representadas pela sociedade civil organizada.
- Art. 3º - O Conselho Municipal de Combate à Pedofilia será composto por membros titulares e suplentes, da seguinte forma:
- I - 1 (um) representante da Guarda Municipal;
 - II - 1 (um) representante do Ministério Público Estadual;
 - III - 1 (um) representante da Polícia Militar do Estado do Paraná;
 - IV - 1 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Ponta Grossa;
 - V - 1 (um) representante da Polícia Civil do Estado do Paraná;
 - VI - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
 - VII - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
 - VIII - 1 (um) representante da Mitra da Diocese de Ponta Grossa;
 - IX - 1 (um) representante da Associação dos Ministros Evangélicos de Ponta Grossa - AME;
 - X - 1 (um) representante da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG;
 - XI - 1 (um) Delegado da Polícia Federal.
- § 1º - Os representantes dos órgãos da administração municipal serão indicados pelo Chefe do Poder Executivo, sendo que os demais representantes serão indicados pelos seus respectivos órgãos públicos e entidades.
- § 2º - A Presidência do Conselho será exercida por um representante da administração municipal, por indicação do Chefe do Poder Executivo.
- § 3º - O exercício da função de Conselheiro não será remunerada, sendo considerada como serviço público relevante.
- § 4º - Cada membro do Conselho terá direito a único voto na Sessão Plenária.
- § 5º - As decisões do Conselho serão constituídas em resoluções de caráter consultivo.
- Art. 4º - Os Conselheiros serão excluídos do Conselho e substituídos pelos respectivos suplentes:
- I - em caso de falta, sem motivo justificado, a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) reuniões alternadas;
 - II - quando apresentar conduta incompatível com os objetivos do Conselho.
- Art. 5º - O Conselho Municipal de Combate à Pedofilia terá seu funcionamento regido por Regimento Interno, respeitadas as seguintes disposições:
- I - Plenário, como órgão de deliberação máxima;
 - II - as Sessões Plenárias 35 serão realizadas a cada mês e extraordinariamente quando convocadas pelo Presidente ou por requerimento da maioria de seus membros;
 - III - todas as sessões serão públicas.

Parágrafo único - O Conselho Municipal de Combate à Pedofilia elaborará seu Regimento Interno no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da posse

dos Conselheiros.

Art. 6º - O Poder Executivo assegurará ao Conselho Municipal de Combate à Pedofilia as condições necessárias para o pleno exercício de suas funções.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua publicação, estabelecendo, dentre outras disposições, a forma de convocação inicial dos Conselheiros para tomada de posse e instalação do Conselho Municipal de Combate à Pedofilia.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS JURÍDICOS, em 11 de dezembro de 2014.

MARCELO RANGEL CRUZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

DINO ATHOS SCHRUTT

Secretário Municipal de Administração e Assuntos Jurídicos

L E I Nº 12.032, de 11/12/2014

Denomina de PROFESSORA TARCILA MARIA MARTINS PIZYBLSKI a Escola Municipal em construção, localizada na Vila Ana Rita, Bairro Uvaranas, nesta cidade.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, Estado do Paraná, decretou, na Sessão Extraordinária realizada no dia 01 de dezembro de 2014, a partir do Projeto de Lei nº 350/2014, de autoria do Vereador Walter José de Souza - Valtão, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - Fica denominada de PROFESSORA TARCILA MARIA MARTINS PIZYBLSKI a Escola Municipal em construção, localizada na Rua Afonso Celso esquina com Rua Zacarias Góes e Vasconcelos, Vila Ana Rita, Bairro Uvaranas, nesta cidade.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS JURÍDICOS, em 11 de dezembro de 2014.

MARCELO RANGEL CRUZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

DINO ATHOS SCHRUTT

Secretário Municipal de Administração e Assuntos Jurídicos

L E I Nº 12.035, de 11/12/2014

Altera o Anexo II da Lei n.º 11615, de 18/12/2013 - Plano Plurianual - PPA, conforme específica.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, Estado do Paraná, decretou, na Sessão Ordinária realizada no dia 03 de dezembro de 2014, a partir do Projeto de Lei nº 399/2014, de autoria do Poder Executivo, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - O objetivo constante no Programa - Assistência Integral à Saúde, com o código n.º 235, do Anexo II - Descrição dos Programas Governamentais/ Metas/ Custos, da Lei n.º 11.615, de 18/12/2013, Plano Plurianual - PPA 2014 a 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

OBJETIVO

Atender as despesas administrativas referentes à manutenção do Fundo Municipal de Saúde. Alimentar o sistema e manter a Vigilância Alimentar e Nutricional visando ações de educação em saúde na área de Alimentação e Nutrição em conjunto com a Atenção Básica e/ou com parcerias. Fortalecer as ações da Uvivor, de forma a promover um canal democrático de estímulo à participação social, disseminação de informações em saúde e de mediação entre o cidadão e os gestores do SUS. Garantir a transferência e a efetividade dos recursos estaduais, por meio de contrapartida para otimizar as ações do SAMU, DST/AIDS, Assistência Farmacêutica e Vigilância em Saúde. Garantir com qualidade o atendimento à população em todas as áreas, reduzindo os casos de média e alta complexidade em doenças crônicas. Implementação da Classificação de Risco com adoção da metodologia Manchester. Atender conforme adequação na lei de distribuição gratuita da SMS, a distribuição de fraldas e valet transportes conforme critério médico. Realizar parceria com serviço funerário do município, atendendo as exigências da Lei de Tratamento Fora de Domicílio. Distribuição de medicamentos manipulados e outros, os quais receberem solicitação através de ordem judicial e ou Ministério Público. Contribuir para o alcance dos compromissos assumidos pelo governo com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e atender todas as redes de saúde. Elaboração do Plano de Cargos e Salários dos funcionários da SMS. **Dar continuidade às ações de Atenção Básica nos Centros de Atenção à Saúde - CAS.** (NR)

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS JURÍDICOS, em 11 de dezembro de 2014.

MARCELO RANGEL CRUZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

DINO ATHOS SCHRUTT

Secretário Municipal de Administração e Assuntos Jurídicos

L E I Nº 12.036, de 11/12/2014

Altera a Lei n.º 10.087, de 26/11/2009.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, Estado do Paraná, decretou, na Sessão Ordinária realizada no dia 08 de dezembro de 2014, a partir do Projeto de Lei nº 417/2014, de autoria do Poder Executivo, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - A Lei n.º 10.087, de 26/11/2009, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar à Crown Embalgens Metálicas da Amazônia S.A. o imóvel sem benfeitorias de propriedade do Município de Ponta Grossa a seguir descrito:

Área 3 - (orinda do desdobro da Área F/3-R-2/B-C/D-E), Inscrição Imobiliária n.º 15.3.35.64.2182.000, medindo 300,00m de frente para a Rodovia BR-376 sentido Ponta Grossa à Curitiba (antiga Área B) deste ponto segue em linha reta, medindo mais 100,00m de frente para a Rodovia BR-376 sentido Ponta Grossa à Curitiba (antiga Área B), novo ângulo reto para fora até encontrar o Rio Botuquara de frente para a Rodovia BR-376 sentido Ponta Grossa à Curitiba (antiga Área B); Lado direito de quem da Rua olha, confronta com a Área F/2-F, propriedade de Administração e Participações Tacla Ltda., onde mede 300,00m, deste ponto segue em linha reta, medindo mais 20,00m

confrontando a Área n.º 1 (orinda do desdobro da Área F/3-R-2/B-C/D-E), de propriedade do Município de Ponta Grossa, novo ângulo reto para dentro à direita, medindo mais 120,00m, confrontando com a Área n.º 2 (orinda do desdobro da Área F/3-R-2/B-C/D-E), de propriedade do Município de Ponta Grossa, daí segue em ângulo reto para fora à direita, medindo mais 300,50m, confrontando com a Área n.º 2 (orinda do desdobro da Área F/3-R-2/B-C/D-E), de propriedade do Município de Ponta Grossa, novo ângulo reto para dentro à direita, medindo mais 180,00m confrontando com parte da Área n.º 8 (orinda do desdobro da Área F/3-R-2/B-C/D-E), de propriedade do Município de Ponta Grossa, novo ângulo obtuso para fora à esquerda, medindo mais 193,98m, confrontando com a Área 4 (orinda do desdobro da Área F/3-R-2/B-C/D-E), de propriedade do Município de Ponta Grossa, novo ângulo obtuso para fora à direita até encontrar o fundo do imóvel, medindo mais 265,640m, confrontando com a Avenida Crow (antiga Área F/3-R2/R de propriedade do Município de Ponta Grossa), lado esquerdo de quem da Rodovia olha, confronta pela margem direita e a jusante do Rio Botuquara, com propriedade de Cargil Agrícola S/A, onde mede 1.081,900m, deste ponto faz um ângulo à direita e segue por linha sinuosa paralela e afastada 30 metros do eixo variante Desvio Ribas Tibagi, medindo mais 100,00m e confrontando com parte da Área 5 de propriedade de Rede Ferroviária Federal S/A., daí segue em ângulo agudo para fora paralela e afastada 30 metros do eixo variante Desvio Ribas Tibagi, medindo mais 15,00m e confrontando com parte da Área 5 de propriedade da Rede Ferroviária Federal S/A, fechando o perímetro no fundo confronta a Área n.º 9, (orinda do desdobro da Área F/3-R-2/B-C/D-E), de propriedade do Município de Ponta Grossa, onde mede 707,40m. Terreno de forma irregular com área total de 536.564,00m². (NR)

Art. 2º

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS JURÍDICOS, em 11 de dezembro de 2014.

MARCELO RANGEL CRUZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

DINO ATHOS SCHRUTT

Secretário Municipal de Administração e Assuntos Jurídicos

L E I Nº 12.037, de 11/12/2014

Altera a Lei n.º 11.946, de 25/09/2014.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, Estado do Paraná, decretou, na Sessão Ordinária realizada no dia 03 de dezembro de 2014, a partir do Projeto de Lei nº 399/2014, de autoria do Poder Executivo, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - A Lei n.º 11.946, de 25/09/2014, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar a MPRE PRÉ-MOLDADOS LTDA., o imóvel situado no Distrito Industrial, Quadrante SE, Bairro do Cará-Cará, com as seguintes características, metragens e confrontações:

Área 33/B-1

Lote de terreno denominado Área n.º 33/B-1 (orinda do desdobro da Área 33/B), da quadra n.º 33, quadrante S-E, situada no Distrito Industrial Prefeito Cyro Martins, Inscrição Imobiliária n.º 15.3.37.28.0552.000, medindo 115,00 metros de frente para a Rua n.º 08 (oito), Lado Direito de quem da Rua olha, confronta com parte da Área n.º 33/B de propriedade da Madalena Jobb Ltda. (anteriormente Município de Ponta Grossa), onde mede 150,00 metros; lado esquerdo de quem da rua olha, confronta com parte da Área n.º 33/B de propriedade da Utec Alimentos S/A, onde mede 150,00 metros; fechando o perímetro no fundo confronta com as Áreas 33/B-2 e 33/B-3 (orindas do desdobramento da Área 33/B), ambas de propriedade do Município de Ponta Grossa, onde mede 115,00 metros. Terreno de forma retangular com área de 17.250,00 metros quadrados, situado no lado Par (anteriormente no sentido Oeste/Leste), da numeração predial do logradouro denominado de Rua n.º 08, distante 115,21 metros da Avenida Constâncio Mendes. (NR)

Art. 2º - ...

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS JURÍDICOS, em 11 de dezembro de 2014.

MARCELO RANGEL CRUZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

DINO ATHOS SCHRUTT

Secretário Municipal de Administração e Assuntos Jurídicos

L E I Nº 12.039, de 11/12/2014

Concede Título de Cidadã Honorária de Ponta Grossa à Senhora GISELE ALONSO.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, Estado do Paraná, decretou, na Sessão Ordinária realizada no dia 08 de dezembro de 2014, a partir do Projeto de Lei nº 412/2014, de autoria do Vereador Luiz Bertoldo, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadã Honorária de Ponta Grossa à Senhora GISELE ALONSO.

Art. 2º - A honraria será outorgada à homenageada de conformidade com as disposições legais e regimentais pertinentes.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS JURÍDICOS, em 11 de dezembro de 2014.

MARCELO RANGEL CRUZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

DINO ATHOS SCHRUTT

Secretário Municipal de Administração e Assuntos Jurídicos

**PUBLICIDADE DE CARÁTER
INFORMATIVO/EDUCATIVO**

Prefeitura através da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Qualificação Profissional faz cerimônia de implantação da Cervejaria OAK BIER, no Distrito Industrial, anunciando a reforma do prédio que abrigará suas instalações;

Secretaria Municipal da Saúde juntamente com o Hospital Prefeito João Vargas de Oliveira – Hospital da Criança promoveu 'Caminhada por um Natal Feliz - passo a passo por uma boa causa' em prol das crianças;

Prefeitura de Ponta Grossa através da Secretaria Municipal de Gestão de Recursos Humanos (RH), oferece diversas opções de tratamento em saúde para os servidores municipais e para os familiares. Além do plano de saúde e o plano odontológico – implantado recentemente – o RH oferta a Musicoterapia. A Musicoterapia é a utilização da música que usa os instrumentos musicais, canto e ruídos para o tratamento, sempre acompanhado de um musicoterapeuta.

Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, através da Secretaria de Agricultura e Pecuária e Fundação Municipal de Turismo realizou a abertura da Feira de Natal. Este ano o evento acontece entre os dias 12 a 23 de dezembro, no Parque Ambiental, ao lado do shopping popular.

MARCUS VINICIUS FREITAS
Secretário Municipal de Governo
Ponta Grossa, 12 de dezembro de 2014

